



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682256 - RJ (2021/0231675-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOSE CLAUDIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSÉ CLAUDIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (0315983-12.2010.8.19.0001).

O paciente foi condenado pelo crime de homicídio qualificado, à pena total de 17 anos de reclusão, dos quais já cumpriu 69% e encontra-se, atualmente, no regime semiaberto.

A impetrante sustenta que o paciente preencheu todos os requisitos para obtenção do direito subjetivo, posto que o requisito temporal se encontra satisfeito desde 21 de janeiro de 2021, conforme consta de seu atestado de pena. Alega que “o indeferimento do livramento condicional não pode ter como fundamento a evasão ocorrido em 23 de maio de 2019, uma vez que já transcorreu lapso temporal superior a 12 meses desde a recaptura do apenado em 14 de junho de 2019”.

Requer, em caráter liminar, o deferimento do livramento condicional até o julgamento do feito. Ao final, espera a concessão da ordem, nos moldes da liminar pleiteada, reconhecendo o direito ao livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS QUE INDEFERIU O PLEITO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. Crime de homicídio qualificado. Evasão ocorrida quando o Apenado cumpria pena em regime semiaberto em maio de 2019. Comungo com o Agravante já demonstrou em recente data que não possui comportamento satisfatório durante a execução da

pena, eis que a evasão é conduta que indica que apeando não reúne condições para obter o livramento condicional. Nesse sentido: “O requisito previsto no art. 83, III, b, do Código Penal, inserido pela Lei 3.964/2019, qual seja, comprovada ausência de falta grave nos últimos 12 meses, é pressuposto objetivo para a concessão do livramento condicional. Tal critério não limita a análise do requisito subjetivo, inclusive quanto a fatos anteriores à vigência da Lei Anticrime, de forma que somente haverá fundamento inválido quando consideradas faltas disciplinares muito antigas. (HC 647.268/SP, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 25/05/2021, DJe 31/05/2021). CONHEÇO do recurso e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO para manter a decisão combatida nos exatos termos em que foi proferida.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência